



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

| SENTENÇA | |
|---------------------|---|
| Processo Físico nº: | 0023263-95.2012.8.26.0566 |
| Classe - Assunto | Procedimento Sumário - Seguro |
| Requerente: | Jose Antonio Oppi |
| Requerido: | Porto Seguro Cia de Seguros Gerais |

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JOSÉ ANTONIO OPPI, qualificado na inicial, ajuizou ação de procedimento Sumário em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 14 de junho de 2005, do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de **R\$ 22.517,50**.

A ré contestou o pedido sustentando ilegitimidade passiva, pois que o polo passivo deveria ser ocupado pela *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A*, apontando ainda carência de interesse processual do autor, alegando falta de laudo do IML; no mérito prescrição, quitação da obrigação pelo pagamento administrativo, contestando ainda que a invalidez do autor seja superior à apontada em processo administrativo, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização, dada a impossibilidade de vinculação ao salário mínimo, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual as partes se manifestaram, reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

Não é caso de ilegitimidade passiva: *“inadmissível a pretensão de inclusão no pólo passivo da ação de cobrança da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT”* (cf. Ap.nº 990092573098 - 32ª Câmara de Direito Privado TJSP - 12/11/2009¹), já que *“em caso de acidente, o beneficiário pode reclamar a indenização na seguradora de sua preferência”*².

Também não falta documento essencial à propositura da ação: *“Acidente de veículo. Seguro Obrigatório. Ação de cobrança. Invalidez total e permanente. 1. O laudo do Instituto Médico Legal é documento dispensável quando o conjunto probatório dos autos é suficiente para convencer a completa incapacidade da vítima. Preliminar rejeitada”* (cf. Ap. 9177086-24.2008.8.26.0000 - 25ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/06/2012³).

Em se tratando de cobrança de seguro DPVAT, o prazo prescricional é contado a partir da ciência inequívoca, do segurado, do caráter permanente da invalidez. Assim, atento ao atual cenário fático e normativo, a ciência inequívoca da invalidez permanente ocorre na data em que a vítima obtém um laudo médico atestando tal fato.

Neste sentido: *"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. NECESSIDADE DE LAUDO MÉDICO. 1. Para fins do art. 543-C do CPC: 1.1 O termo inicial do*

¹ www.esaj.tjsp.jus.br

² JTACSP - Volume 147 - Página 129.

³ www.esaj.tjsp.jus.br


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez. 1.2. Exceto nos casos de invalidez permanente notória, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência. 2. Caso concreto: Inocorrência da prescrição, não obstante a apresentação de laudo elaborado quatro anos após o acidente. 3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. (RESp 1388030/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/06/2014, DJe 01/08/2014).

No caso a referida ciência se deu com a juntada do laudo pericial, concluído em agosto de 2015, de modo que, não há que se falar em prescrição.

Quanto ao pagamento administrativo, cumpre destacar que “*existência de quitação dada pelo autor que não o impede de pleitear alguma verba que não tenha integrado o “quantum” recebido*” (cf. Ap. n. 680.591-2 – 2ª Câmara Especial de Julho de 1996 “B” do 1º TACSP⁴).

O laudo pericial médico apurou uma redução da capacidade de trabalho do autor, permanente, da ordem de 10% e é claro ao apontar a sequência: “*cicatriz de coxa esquerda no terço superior medindo 16 centímetros e redução de amplitude de movimentos do quadril esquerdo menor que um terço (apresenta mais de dois terços da amplitude normal)*” (fls. 149).

Para fins de se fixar um percentual da incapacidade laborativa do autor, o laudo foi claro: “*Tal situação clínica comprovada que decorre de acidente de trânsito à luz da tabela contida na Lei nº 11.945/2009, pode ser classificada como repercussão permanente parcial incompleta de natureza residual cujo percentil de perda patrimonial física pode ser estimado em 2,5% (10% de 25%)*” (sic. – fls. 149).

O limite máximo legal estabelecido para o pagamento, em acidentes ocorridos antes de 2008 é de 40 salários mínimos da época do acidente.

Em 2005 o valor do salário mínimo era R\$ 300,00, correspondente a um limite máximo de R\$ 12.000,00 (40 x R\$ 300,00), e deve ser observado, inclusive como norte em relação ao grau de incapacidade auferido, nos termos da Súmula nº 474, do STJ, que aduz: “*A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez*”.

No presente caso, portanto, a indenização devida em favor do autor era de **R\$ 300,00 (trezentos reais)**, correspondente ao percentual de 2,5% do valor total da indenização máxima de R\$ 12.000,00.

Ocorre que a ele já foi pago, administrativamente, montante superior, de **R\$ 2.362,50**, mesmo considerando a necessária correção do montante especificado até a data do pagamento.

O autor sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, e CONDENO o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

P. R. I.

São Carlos, 19 de julho de 2016.

⁴ JTACSP - Volume 161 - Página 212.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**